

Militares já pregam “revolução”

Rio — Na aula inaugural da Escola Superior de Guerra, classificada por militares de “a mais polêmica dos últimos 20 anos”, o comandante da ESG, almirante Hernani Goulart Fortuna, defendeu ontem uma revolução da economia brasileira” e disse que “uma recessão prolongada pode causar uma convulsão social”. Ele declarou que “uma grande transformação na economia se justifica pelas mudanças que ocorreram no cenário mundial”. O almirante condenou a política de controle dos preços e declarou que “não mais se pode imaginar um Estado empresário em um momento em que a economia brasileira precisa de mais dinamismo e o Estado não tem condições de assumir compromissos que lhe foram impostos nas últimas décadas”.

“É fundamental que o Brasil passe por profundas reformas econômicas, políticas e institucionais para obter resultados nos blocos internacionais que se formaram: o europeu, o norte-americano e o asiático”, disse Fortuna, dando ênfase ao “papel decisivo a ser exercido pela iniciativa privada”.

O Brasil, segundo o comandante da ESG, “necessita de algo que nunca foi feito antes: definir o essencial e o desejável, delimitando o possível e o que se situa além da nossa capacidade de criar e construir”. Para o almirante, a repercussão de tal opção “não deve ser motivo de perplexidade ou de atitude de terceiro-mundista, mas, acima de tudo, permitir a eliminação dos

preconceitos e o perfeito conhecimento de nossa verdadeira realidade”.

Após alertar para a ameaça de o Brasil caminhar para o Quarto Mundo, principalmente se for mantido o quadro internacional atual, desfavorável às nações do Terceiro Mundo, e se perder mais uma década, o almirante destacou alguns aspectos da realidade brasileira que classificou de “preocupantes”: 1º) Os métodos de combate à inflação não estão alcançando os efeitos desejados; 2º) A política monetária não consegue estabilizar a economia; 3º) O controle da expansão dos agregados monetários, incluindo aplicações e poupança, é de difícil exequibilidade, em face de suas respectivas indexações; 4º) Uma taxa de câmbio fixa não apresentará resultados, também, em face das mesmas indexações e a persistência nessa medida corre o risco de produzir uma defasagem cambial; 5º) O controle dos preços provocará uma administração burocratizada e centralizada, ficando-se mais longe da economia de mercado; 6º) Não há consenso sobre a reforma tributária, já que tanto a União como os estados e municípios têm poder de imposição tributária, o que obriga a Nação a conviver com mais de meia centena de tributos e contribuições; 7º) O PIB de 198 é, virtualmente, o PIB de 1990; 8º) Uma recessão econômica, por período longo, não pode ser aplicada ao Brasil, sob o risco de conflitos e convulsões sociais.